A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL ANTES E APÓS A I GUERRA MUNDIAL (1913 E 1919): VARIAÇÕES E PERMANÊNCIAS

Diogo Ferreira
Ricardo Rocha

> *A emigração portuguesa é a que mais convém ao Brasil. Primeiro, porque é um elemento correspondente ao que aqui vive, e que vai formando (…) a raça brasileira. Segundo, porque o português é o único povo que suporta os rigores de todos os climas. E terceiro, porque o português aqui se encontra como que na sua terra.*
>
> (Veiga Simões, cônsul de Portugal no Pará e no Amazonas. *Jornal de Notícias*, 4 de Setembro de 1919)

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende estabelecer uma análise comparativa de alguns indicadores socioeconómicos – idade, profissão, naturalidade, sexo, etc. – relativos à emigração do Norte de Portugal para o Brasil nos anos imediatamente antecedentes e precedentes à Primeira Guerra Mundial, respectivamente, 1913 e 1919, e assim tentar perceber variações e constantes, e encontrar factores explicativos, pelo menos parcialmente, para os resultados alcançados.

Os nossos resultados cingem-se à emigração legal, traduzida nos livros de registo de passaportes e respectivos processos produzidos pelo Governo Civil do Porto, que ao presente se encontram disponíveis no Arquivo Distrital do Porto. Na verdade, tudo parece apontar que o número de portugueses entrados no Brasil tenha sido maior do que as estatísticas oficiais nos podem fazer acreditar, até porque os números de saída apresentados oficialmente pelo Estado português são significativamente inferiores àqueles mostrados pelas autoridades brasileiras. De resto, vários estudos estimam que o total da emigração clandestina fosse, para o período em análise, superior à emigração legal. Logo, é praticamente impossível apurar com um mínimo de rigor o volume exacto das correntes migratórias, pelo que optámos por nos circunscrever à emigração legal.

1. PORTUGAL E BRASIL NO DEALBAR DA I GUERRA MUNDIAL

Quando teve lugar a implantação da República, o optimismo e a esperança por uma mudança significativa na sociedade portuguesa eram sentimentos comuns a todos os cidadãos. Porém, e começando por analisar a vida política, pode constatar-se desde logo que "o desentendimento permanente dos principais líderes políticos do novo regime (…), a instabilidade política traduzida em governos efémeros cuja duração não excederia os três meses, e a geral incapacidade de preparar e executar reformas de fundo decepcionariam os que tinham esperado da República uma grande barrela"[1].

Mas não foi tudo… Logo no início da República também ocorreu um ciclo de anos agrícolas medíocres que se prolongou até ao final da Grande Guerra, situação que só viria a melhorar na década de 1920. Para piorar ainda mais as coisas, "a rotina e a resistência conservadora a qualquer espécie de inovação ajudavam à pobreza do apetrechamento moderno, capaz de revolucionar a lavoura e a fazer acompanhar o progresso verificado noutros países"[2].

Por outro lado, é possível constatar que antes da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, o incremento da sua indústria não se mostrou significativo, uma vez que a revolução industrial quase passou ao lado de um País que, desprovido de matérias-primas, se via na contingência de as importar.

No início de 1911, multiplicaram-se as greves, assim como a violência entre grevistas e republicanos. Entre finais de 1910 e 1911, verificaram-se aproximadamente 250 greves, devido fundamentalmente às exigências dos operários por melhores salários e menos horas de trabalho.

Do outro lado do Atlântico, no início da segunda década do século XX, o Brasil permanecia como um país essencialmente agrícola, mas assistia já a um crescimento assinalável na área industrial. A instalação de fábricas no Rio de Janeiro ficou a dever-se a um conjunto diverso de factores. Segundo Boris Fausto, "aí haviam-se acumulado capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior (…). Os grandes bancos, cujas sedes estavam localizadas na capital do país, tinham, assim, condições de financiar outras actividades. Além disso, o mercado de consumo tinha proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região à sua volta, servida pelas ferrovias (…). Havia problemas no suprimento de trabalhadores especializados, mas não faltavam operários de baixa qualificação. Eles eram recrutados entre a população pobre, os imigrantes e os migrantes internos, para quem o Rio de Janeiro era um pólo de atracção"[3].

A partir de 1907, o Governo Brasileiro continuou a sua política de incentivo à imigração, tomando uma série de medidas para a promover, tendo subjacente o objectivo de ocupar os postos vagos deixados pelos escravos com a mão-de-

1 MEDINA, 2000: 305.
2 MARQUES, 1991: 77.
3 FAUSTO, 2004: 286-287.

-obra imigrante, bem como incrementar a ocupação efectiva do território, em ordem ao reforço da soberania nacional e à valorização económica do país. Não foi de estranhar, por isso, que a partir de 1908 tenha aumentado o número de imigrantes, "para atingir o seu ponto mais alto desse século em 1913"[4].

Por sua vez, em Portugal, os reformadores afirmavam que a fuga de mão-de-obra para o estrangeiro representava um atentado à consciência nacional. Em 1913, a Federação Operária de Lisboa defendia mesmo a repressão das agências como medida para travar a fuga de gente do País[5].

Porém, o maior fluxo de portugueses emigrantes não provinha da capital, nem mesmo do centro ou sul do País. De facto, em vésperas da Primeira Grande Guerra, o mapa do Portugal migratório dividia-se com nitidez em duas zonas, resultado da distribuição demográfica, das condições de propriedade e da organização económico-social: o Norte, região que mereceu a nossa atenção neste estudo, e que, somado às Ilhas Adjacentes, representava a zona de origem da grande maioria dos emigrantes; e o Sul, de onde se emigrava muito menos.

Todavia, apesar deste intenso fluxo migratório, especialmente a norte, o Estado pouco fazia para se obstar à emigração. A legislação que ia tratando esta temática não tinha como objectivo principal reduzir os números da emigração, procurando antes reprimir a emigração clandestina, disciplinar a acção dos recrutadores de emigrantes, punir a intervenção dos intermediários e defender o emigrante antes, durante e depois da chegada ao país de destino.

A este facto não era certamente alheio o apoio de alguns políticos que viam nas remessas dos emigrantes uma das poucas soluções para o equilíbrio financeiro do País. Por exemplo, Afonso Costa, primeiro-ministro de Portugal em 1913, considerou publicamente a emigração como um "fenómeno altamente positivo, que traz mais de 20 000 contos por ano para o Estado, chegando mesmo a propor que se dificultasse a saída dos familiares de modo a aumentar as remessas dos emigrantes"[6].

Mas não era só a situação económica desesperada a motivar a saída de tantos milhares de portugueses. Uma razão muito mais simples presidia ao espírito do emigrante: a "legítima ambição por uma vida melhor, oposta à reles mediania rural, ambição fomentada periodicamente pelo retorno dos emigrantes enriquecidos ou pseudo-enriquecidos"[7], ou seja, a tentativa de procurar repetir as experiências de sucesso de amigos e familiares, assim como um natural desejo de libertação e busca de dignidade.

Esta ambição, frequentemente facilitada pelo apoio prestado pelos portugueses já estabelecidos em solo brasileiro, encontrava ainda suporte na actividade desregrada dos agentes de emigração que, em busca de lucro fácil, pintavam um quadro idílico que tinha muito pouco a ver com a realidade no Brasil.

---

4 FAUSTO, 2006: 109.
5 MARQUES, 1979: 35.
6 TELO, 1990: 131-132.
7 MARQUES, 1979: 35.

Em suma, o difícil acesso à terra no meio rural, a falta de trabalho na cidade, uma vez que o verdadeiro capitalismo tardava em instalar-se, as más condições de vida e, em contrapartida, o poder de atracção do Brasil, dadas as razões apontadas, "faziam o emigrante arrostar a exploração nos preços das passagens, os riscos da travessia do oceano em condições de falta de higiene, espaço e alimentação adequados, os abusos dos agentes e companhias de engajamento nos preços do transporte e nos contratos de trabalho, a dificuldade de controlo no cumprimento das leis e contratos no Brasil, pelos cônsules portugueses"[8], num fluxo que só conheceria um abrandamento no decurso da Primeira Guerra Mundial.

2. PORTUGAL E BRASIL NO PÓS-PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Após muitas indecisões sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, o País acabou por entrar no conflito, com consequências bastante negativas. À instabilidade política que já se verificava, juntou-se uma participação desastrosa, que viria a agravar ainda mais as clivagens existentes, nomeadamente entre as diferentes forças políticas, pois não havia um consenso nacional no que respeitava à posição de Portugal perante o conflito. Assim, não foi de estranhar que o crescimento da violência política e da instabilidade governativa assumissem proporções elevadíssimas, situação que se estendeu para lá do fim da Grande Guerra.

Portugal teve uma insignificante participação quantitativa na Primeira Guerra Mundial, mas as consequências desse conflito reflectiram-se imensamente no País no que respeita aos custos e sacrifícios daí resultantes. Segundo Alice Samara, "o impacto económico e social da Primeira Guerra e da política de intervenção no teatro europeu abalaria a estrutura da República, traria à tona, de forma visível, todas as divergências e fracturas no campo republicano, entre os diferentes partidos e as divergentes posições face à guerra, bem como todos os descontentamentos do resto da nação, face a um regime que excluía boa parte da população…"[9].

A estabilidade económica e financeira ficou comprometida em virtude das despesas resultantes da participação militar e da crise económica que a acompanhou (não era possível enveredar por uma política de desenvolvimento, de financiamento de projectos de infra-estruturas, de concessão de créditos); a contracção de investimentos fazia com que o sector industrial não se desenvolvesse, ao que não era alheia a contínua fuga de capitais que fluíam para mercados bolsistas, nomeadamente para o Brasil; o aumento da dívida pública trouxe consigo uma subida dos preços, situação que se verificará pelo menos até ao ano económico de 1919-1920, ao passo que a inflação portuguesa em

8 LOBO, 2001: 19.
9 SAMARA, 1998: 90.

1919 era uma das maiores da Europa, destruindo o modo de vida daqueles que dependiam de rendimentos fixos e que ficaram praticamente na miséria.

Ou seja, "ao invés de criar uma união em torno da República, a crise de intervenção viu nascer uma vasta fronda social que se iria opor ao regime, sendo o ensaio geral para o futuro derrube"[10] do regime, em 1926. Assiste-se à insatisfação generalizada da população – greves, motins, levantamentos populares…

Assim, o ano de 1919 haveria de ficar na história portuguesa como uma época de grandes perturbações políticas. Tiveram início algumas revoltas por todo o País, mas foi no Porto que a desagregação das instituições republicanas foi levada ao extremo, com a proclamação da Monarquia do Norte que, embora de breve duração, acabou por demonstrar a relativa força daqueles que contestavam o regime. O clima sindical agitou-se, aumentando os roubos e os atentados pessoais, e houve ajuntamentos populares em Lisboa para a obtenção de géneros alimentícios essenciais, que rareavam.

Em resumo, o Portugal do pós-Guerra era ainda, como cinco anos antes, um País cujo quadro económico não se tinha alterado substancialmente desde a queda da monarquia, apresentando várias vulnerabilidades estruturais e uma balança comercial claramente deficitária em quase todos os géneros de primeira necessidade. O novo regime, que a todos prometera os benefícios do pão e do trabalho, defrontava-se com vários problemas, não podendo cumprir as promessas feitas nas horas eufóricas da propaganda republicana. Aos factores apontados, acrescem as inúmeras epidemias verificadas entre 1918 e 1919, destacando-se, pela sua mortalidade, o tifo e a gripe pneumónica, que acabaram por provocar mais vítimas do que a Grande Guerra.

Por sua vez, o Brasil assistia, no pós-Primeira Guerra Mundial, a um desenvolvimento industrial acelerado, fruto de uma política de incentivo às indústrias observada no decorrer do conflito, dada a interrupção da concorrência de produtos importados então verificada.

As principais cidades brasileiras estavam a desenvolver-se, por força também do afluxo de imigrantes espontâneos e de outros que trataram de sair das actividades agrícolas. A mobilidade dos trabalhadores era uma realidade, os quais se deslocavam de uma fazenda para outra, ou para os centros urbanos, em busca de melhores oportunidades.

Vivia-se, do lado de lá do Atlântico, uma situação inteiramente oposta à portuguesa, pelo menos em termos económicos, uma vez que no Brasil também se verificavam contestações sociais e greves gerais, com os operários a exigirem, acima de tudo, reajustes nos seus salários. Com o aumento das actividades industriais, aumentou o contingente de trabalhadores organizados, o que fortaleceu o movimento operário.

Mas a verdade é que, entre a agitação social e o progresso económico, o Brasil continuava a ser o destino preferencial da esmagadora maioria dos emi-

[10] SAMARA, 1998: 105.

grantes portugueses, lançando entre a sociedade portuguesa o debate sobre as condições de vida e as dificuldades com que se deparavam os emigrantes, sobre as vantagens e desvantagens deste fluxo, sobre o papel da sua antiga colónia na fuga da população que, lamentavam-se alguns, prejudicava a colonização das províncias ultramarinas, apelando até para uma intervenção estatal para obstar a este movimento.

Em 1919, a imprensa nacional agitava-se em torno deste problema, dando voz a personalidades directamente relacionadas com o fenómeno, como é o caso de Veiga Simões, cônsul de Portugal no Pará e Amazonas:

> A emigração portuguesa para o Brasil é talvez a única que ainda não mereceu uma atenção e um cuidado especiais da parte dos respectivos governos. Os portugueses emigram para o Brasil entregues à sua própria iniciativa, e por aqui ficam ao longo deste vasto litoral, concentrados em algumas cidades, ao Deus dará. Trazem, às vezes, uma recomendação para um parente, ou um conterrâneo, e com ela arranjam uma colocação no carregamento dos navios. Passam a vida, depois, de saca de café aos ombros, sem o real proveito económico para nenhum dos dois países que podiam ter. Os que nem essa recomendação trazem, arranjam-se como podem em ocupações menos rendosas ainda, levando uma existência cheia de privações, quando não de miséria. Como vê, são forças que se dispersam, que se perdem, causando ao país um enorme prejuízo que a quase todos tem passado despercebido[11].

Textos como este foram usados numa verdadeira campanha contra o Brasil, o que motivou a intervenção da própria embaixada desse país em Lisboa e a publicação de alguns livros para contrariar esses artigos.

O maior argumento para contrariar aqueles que consideravam a emigração como um mal estava ainda e sempre relacionada com as remessas enviadas pelos emigrantes, que ajudavam a equilibrar a nossa balança de pagamentos, ao passo que, se permanecessem em Portugal, dificilmente conseguiriam prestar um contributo financeiro semelhante, isto na eventualidade de encontrarem um emprego.

Havia, assim, segundo Eulália Lahmeyer Lobo, uma "contradição entre a aspiração de restringir a emigração, que prejudicava a introdução do capitalismo, dificultando a proletarização do camponês, e a necessidade de preservar a remessa de poupanças dos emigrantes que equilibrasse a balança de pagamentos e o mercado consumidor de produtos lusos pela colónia no Brasil. Tal contradição tornava ineficaz a política anti-emigratória que, em última análise, se resumiu a preconizar a protecção ao emigrante"[12].

É exemplo dessa política o decreto-lei n.º 5624, de 10 de Maio de 1919, confirmado pelo decreto-lei n.º 5886, de 19 de Junho de 1919, que visava fundamentalmente "facilitar o repatriamento dos desempregados e proteger mais

11 *Jornal de Notícias*, de 4 de Setembro de 1919.
12 LOBO, 2001: 19.

eficazmente os emigrantes no Brasil"[13]. Segundo este decreto, era igualmente "proibida a excitação pública à emigração, bem como a propaganda enganadora e dolosa para o recrutamento individual ou colectivo de emigrantes" (artigo 10.º), sendo "os agentes de emigração (…) obrigados a realizar com cada um dos emigrantes aliciados um contrato escrito" (artigo 12.º). Na prática, a nível governamental, como já referimos, verifica-se a aceitação da emigração, devido aos seus benefícios.

Não obstante, a mesma legislação enumerava, no artigo 13.º, algumas situações de proibição de emigração, casos dos indivíduos maiores de sessenta anos que pretendessem partir espontaneamente sem vínculo de trabalho; os que padecessem de doença ou enfermidade que os impossibilitasse de trabalhar para angariar os meios necessários à sua subsistência; as mulheres solteiras, menores de vinte e cinco anos, não sujeitas ao poder paternal ou outra forma de tutela, nos casos em que, por não serem acompanhadas dos seus pais, tutores ou parentes, se suspeitasse que pudessem ser objecto de tráfico; os que, sem acordarem com a autoridade e assistência competente, deixassem em Portugal filhos menores; e os menores de catorze anos desacompanhados dos pais, tutores ou outras pessoas por eles responsáveis.

3. A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL A PARTIR DO GOVERNO CIVIL DO PORTO (1913 E 1919)

Nesta investigação sobre a emigração para o Brasil a partir dos passaportes solicitados no Governo Civil do Porto em 1913 e 1919, privilegiámos a emissão do passaporte, fonte primária, avaliando os fluxos migratórios durante os anos em análise, procurando, ao mesmo tempo, caracterizar o perfil socioprofissional do emigrante.

Os *registos de passaportes* e os *processos de passaportes*, enquanto elementos do processo legal de aquisição do passaporte, revelam-se como peças documentais fulcrais para se estudar o fenómeno migratório, não obstante tais fontes, como é óbvio, não contabilizarem a emigração clandestina.

As percentagens que apresentamos nos quadros seguintes reportam-se a valores relativos e não absolutos. Ou seja, quando afirmamos que existe uma variação negativa de 12,8% nos emigrantes do sexo masculino em 1919, tal não significa que tenham viajado mais ou menos indivíduos daquele género face a 1913, mas apenas que houve uma diminuição relativa de homens no total daquele ano, comparativamente ao total observado no primeiro ano em análise.

[13] PEREIRA, 1981: 57. Ver também *Diário do Governo*, n.os 98 e 117.

3.1. Número total de emigrantes

A proclamação da República esteve longe de estancar os fluxos emigratórios. Muito pelo contrário, entre 1911-1913 assiste-se à maior vaga de emigração para o Brasil que Portugal conheceu, dadas as razões já apontadas, e apenas comparável com o êxodo para França na década de 1960. Porém, assiste-se a um abrandamento desse fluxo no decorrer da Primeira Guerra Mundial, por força da mobilização de milhares de homens, devido ao esforço de guerra, da diminuição das carreiras de navegação transoceânicas, e também das epidemias que então grassaram em Portugal.

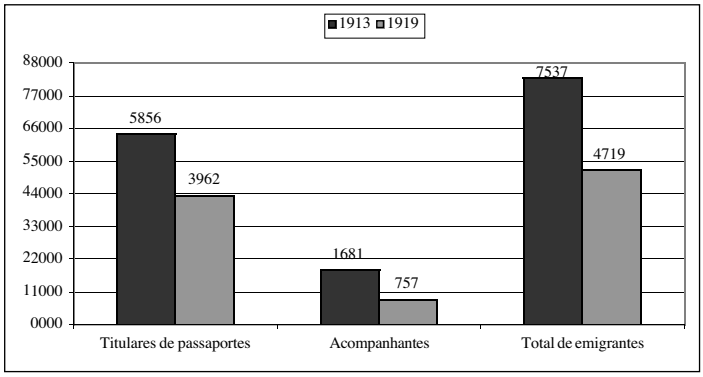
Logo após o final do conflito mundial, os índices de emigração para o Brasil voltaram a atingir valores elevados, continuando a manter esse ritmo de crescimento durante a década de 1920, embora, como podemos observar no quadro n.º 1, o número de emigrantes saídos em 1919 seja nitidamente inferior ao verificado em 1913, por estarmos no período de rescaldo da Grande Guerra.

Ainda no que respeita a este quadro, é de referir que a legislação em vigor em 1913 diferia da de 1919 no que respeita ao tipo de passaporte solicitado nos Governos Civis. Assim, a partir de Maio de 1919 os passaportes passam a ser individuais (artigo 3.º do decreto n.º 5624), sendo difícil avaliar, a partir destes registos, se houve ou não emigração familiar, ao contrário do que sucedia em 1913 com os passaportes colectivos. Face à nova legislação, não é de admirar a significativa diminuição do número de acompanhantes.

Quadro n.º 1 – Número total de emigrantes

	1913	1919	Variação
Titulares de passaportes	5 856	3 962	-32,3%
Acompanhantes	1 681	757	-55,0%
Total de emigrantes	**7 537**	**4 719**	**-37,5%**

Gráfico n.º 1 – Número total de emigrantes



3.2. Distribuição dos emigrantes por género

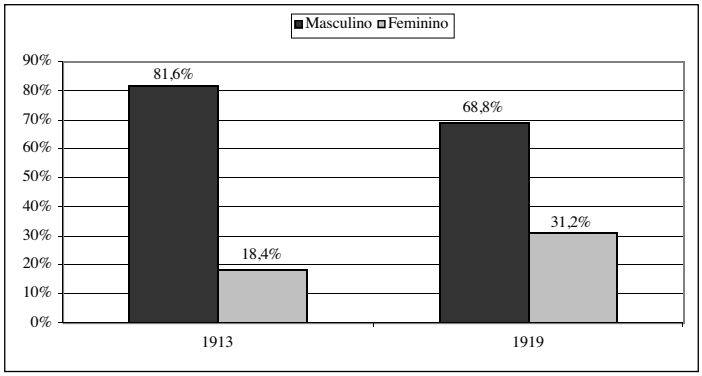
Relativamente à distribuição dos titulares de passaportes por género, podemos afirmar que os homens iam em maior número para o Brasil em busca de trabalho e de fortuna, enquanto as mulheres permaneciam em Portugal.

Uma conclusão que podemos retirar neste domínio tem a ver com a menor representação de homens emigrantes em 1919, fruto dos muitos mortos e feridos resultantes da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, o consequente aumento relativo do número de mulheres emigrantes em 1919 está também relacionado com a progressiva adopção do passaporte individual, em detrimento do colectivo, ao contrário do que acontecia em 1913. Uma outra explicação prende-se com a reunificação familiar, ou seja, face aos dados recolhidos, tudo parece indicar que em 1919 as mulheres partiam para o Brasil de forma a juntarem-se aos seus maridos, que haviam rumado para solo brasileiro nos anos precedentes.

Quadro n.º 2 – Distribuição dos titulares de passaportes por género

Género	1913	1919	Variação
Masculino	81,6%	68,8%	-12,8%
Feminino	18,4%	31,2%	+12,8%

Gráfico n.º 2 – Distribuição dos titulares de passaportes por género

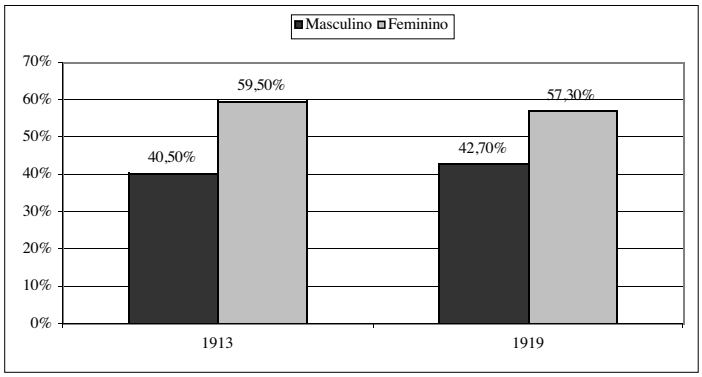


No que diz respeito ao número de acompanhantes, é possível verificar que as mulheres viajam mais nesta condição do que os homens. A variação registada entre os dois períodos em análise, embora não muito significativa, justifica-se com o facto de em 1919 haver mais cônjuges do sexo feminino a viajar com passaporte individual, como veremos mais adiante, o que, naturalmente, se traduz numa diminuição face aos valores registados em 1913.

Quadro n.º 3 – Distribuição dos acompanhantes por género

Sexo	1913	1919	Variação
Masculino	40,5%	42,7%	+2,2%
Feminino	59,5%	57,3%	-2,2%

Gráfico n.º 3 – Distribuição dos acompanhantes por género



3.3. Distribuição dos emigrantes por grupos etários

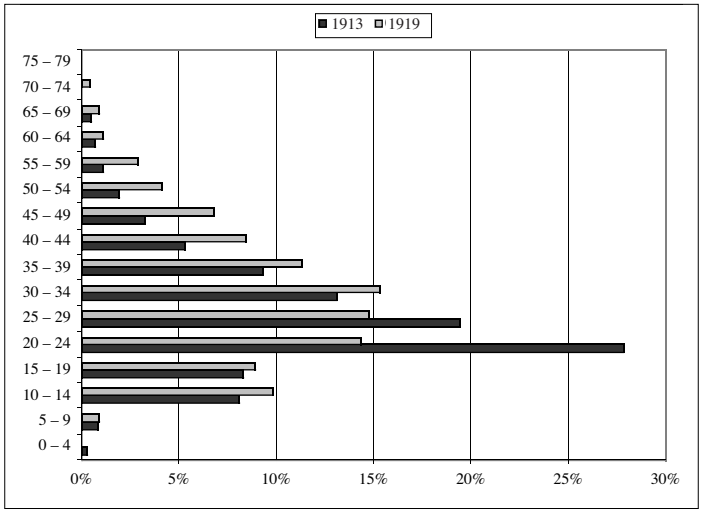
No que respeita à distribuição dos emigrantes por faixas etárias, as razões que justificam os números encontrados para os dois anos em estudo são tendencialmente as mesmas. Na verdade, a busca de um melhor nível de vida afastou da Pátria muitos jovens adultos em idade activa, entre os 20 e os 30 anos, levando muitos políticos e autores a protestar contra a diminuição da mão-de-obra disponível.

Da análise do quadro n.º 4, observamos ainda um assinalável decréscimo nas faixas entre os 20 e os 29 anos, as mais representativas em 1913, mas que em 1919 dão o seu lugar à faixa entre os 30-35 anos. É relativamente seguro estabelecer uma relação directa entre esta variação e as baixas causadas pela Primeira Guerra Mundial, pois estas idades correspondem ao principal grupo etário que partia para o conflito. Daí também o ligeiro acréscimo nas faixas etárias subsequentes, representadas por aqueles que durante o período da Grande Guerra se viram impossibilitados de sair do País.

Quadro n.º 4 – Distribuição dos titulares de passaportes, por grupos etários

Idade	1913	1919	Variação
0 – 4	0,3%	0,1%	-0,2%
5 – 9	0,8%	0,9%	+0,1%
10 – 14	8,1%	9,8%	+1,7%
15 – 19	8,3%	8,9%	+0,6%
20 – 24	27,8%	14,3%	-13,5%
25 – 29	19,4%	14,7%	-4,7%
30 – 34	13,1%	15,3%	+2,2%
35 – 39	9,3%	11,3%	+2,0%
40 – 44	5,3%	8,4%	+3,1%
45 – 49	3,2%	6,8%	+3,6%
50 – 54	1,9%	4,1%	+2,2%
55 – 59	1,1%	2,9%	+1,8%
60 – 64	0,7%	1,1%	+0,4%
65 – 69	0,5%	0,9%	+0,5%
70 – 74	0,1%	0,4%	+0,3%
75 – 79	0,1%	0,1%	=0,0%

Gráfico n.º 4 – Distribuição dos titulares de passaportes, por grupos etários



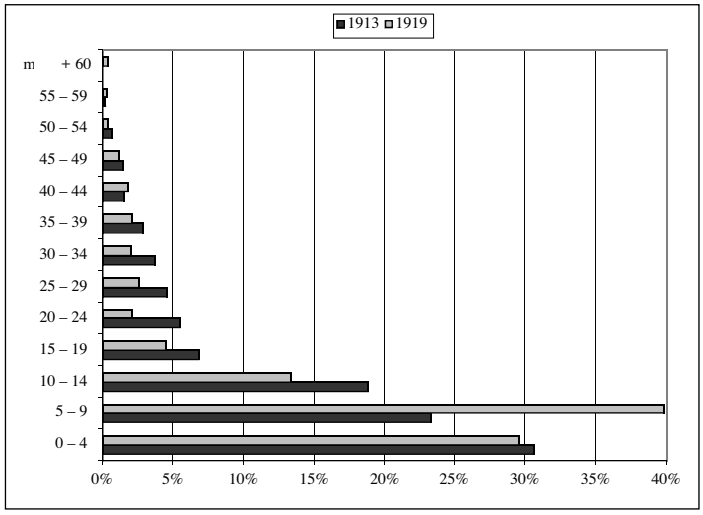
Quanto aos acompanhantes, verificamos que estes, na sua esmagadora maioria, saem de Portugal em idade muito jovem, até aos 14 anos, para irem na/para a companhia dos seus pais, que perspectivavam um futuro melhor para esses jovens em terras brasileiras. O aumento, em termos relativos, dos acompanhantes menores de 10 anos prende-se, mais uma vez, com a progressiva adopção do passaporte individual, ou seja, à medida que a idade aumenta, há

uma maior tendência para viajar na qualidade de titular de passaporte, e não como acompanhante, categoria que, com a legislação de 1919, é cada vez mais reservada a indivíduos de tenra idade. Aliás, de acordo com a referida legislação, "os menores desacompanhados dos pais ou tutores" estavam obrigados à apresentação de passaporte e, logicamente, quanto mais jovens fossem, menor a probabilidade de viajarem sozinhos ou acompanhados de outros indivíduos que não os pais.

Quadro n.º 5 – Distribuição dos acompanhantes por grupos etários

Idade	1913	1919	Variação
0 – 4	30,5%	29,5%	-1,0%
5 – 9	23,3%	39,8%	+16,5%
10 – 14	18,8%	13,3%	-5,5%
15 – 19	6,8%	4,4%	-2,4%
20 – 24	5,5%	2,1%	-3,4%
25 – 29	4,5%	2,6%	-1,9%
30 – 34	3,7%	2,0%	-1,7%
35 – 39	2,8%	2,1%	-0,7%
40 – 44	1,5%	1,8%	+0,3%
45 – 49	1,4%	1,1%	-0,3%
50 – 54	0,7%	0,4%	-0,3%
55 – 59	0,2%	0,3%	+0,1%
60 – 64	0,1%	0,4%	+0,3%
65 – 69	0,1%	0,1%	=0%
+70	0,1%	0,1%	=0%

Gráfico n.º 5 – Distribuição dos acompanhantes por grupos etários



3.4. Distribuição dos emigrantes por estado civil e grau de parentesco

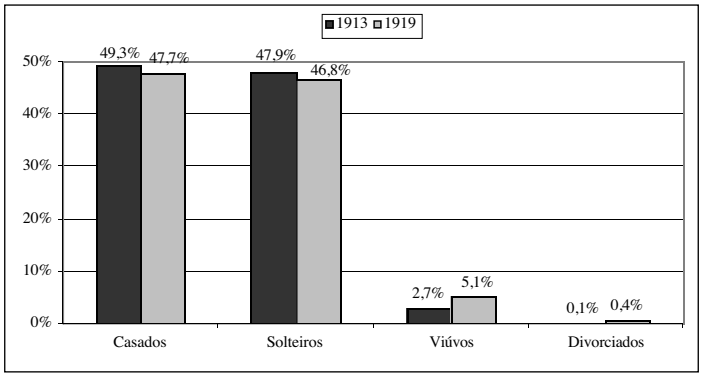
No que concerne ao estado civil e grau de parentesco, verifica-se que, no caso dos titulares de passaportes, os casados vão em maior número para o Brasil, seguidos de muito perto pelos solteiros, registando-se uma variação mínima das percentagens relativas entre 1913 e 1919.

Mais assinalável é o aumento, em 1919, da percentagem relativa de viúvos, esmagadoramente do sexo feminino, variação que se fica, certamente, a dever às mortes dos respectivos maridos no conflito mundial.

Quadro n.º 6 – Distribuição dos titulares de passaportes por estado civil

Estado civil	1913	1919	Variação
Casados	49,3%	47,7%	-1,6%
Solteiros	47,9%	46,8%	-1,1%
Viúvos	2,7%	5,1%	+2,4%
Divorciados	0,1%	0,4%	+0,3%

Gráfico n.º 6 – Distribuição dos titulares de passaportes por estado civil

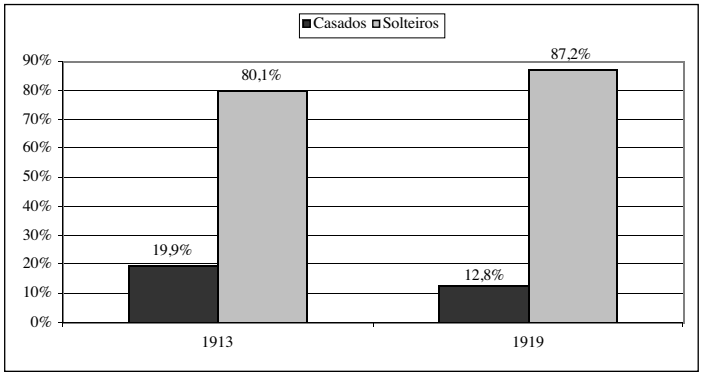


Quanto ao estado civil dos acompanhantes, estes são maioritariamente solteiros, quer em 1913, quer em 1919, havendo um acréscimo neste último ano, justificado pelo facto de irem mais filhos na companhia de seus pais e, ao mesmo tempo, menos cônjuges, que passam a viajar com passaporte individual. Estas conclusões são corroboradas pela análise da distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (Quadro n.º 8), que nos revela que os filhos, já esmagadoramente maioritários em 1913, vêem a sua importância acrescida em 1919, muito por força da menor representatividade das mulheres casadas que, com a nova legislação, eram obrigadas a viajar com passaporte individual sempre que não fossem acompanhadas dos respectivos maridos.

Quadro n.º 7 – Distribuição dos acompanhantes por estado civil

Estado civil	1913	1919	Variação
Casados	19,9%	12,8%	-7,1%
Solteiros	80,1%	87,2%	+7,1%

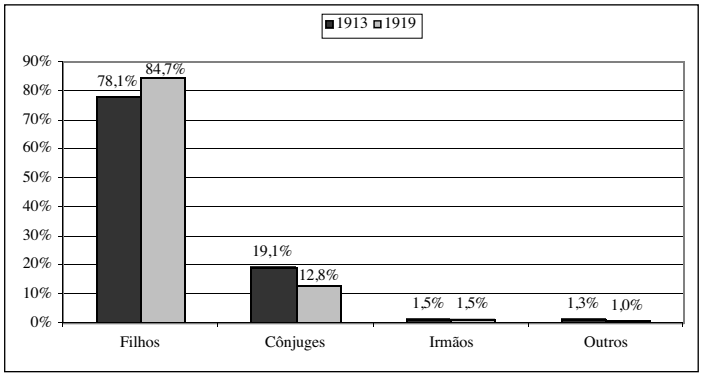
Gráfico n.º 7 – Distribuição dos acompanhantes por estado civil



Quadro n.º 8 – Grau de parentesco dos acompanhantes

Estado civil	1913	1919	Variação
Filhos	78,1%	84,7%	+6,6%
Cônjuges	19,1%	12,8%	-6,3%
Irmãos	1,5%	1,5%	=0,0%
Enteados	0,8%	0,5%	-0,3%
Netos	0,2%	0,4%	+0,2%
Criados	0,2%	0,1%	-0,1%
Pais	0,1%	0,0%	-0,1%

Gráfico n.º 8 – Grau de parentesco dos acompanhantes



3.5. Distribuição dos titulares de passaportes por naturalidade

Analisemos agora a distribuição dos titulares de passaportes por naturalidade. Se é certo que este trabalho analisa os registos de passaporte emitidos pelo Governo Civil do Porto, o que por si só explica que os 13 concelhos mais representativos, para ambos os períodos em análise, pertencem em exclusivo ao distrito do Porto, não é menos verdade que, mesmo considerando o total da emigração portuguesa nestes anos, o Norte do País continue a ser, nas palavras de Paulo Guinote, a "área mais duramente afectada pelo aumento do custo de vida (…) com uma pressão demográfica excessiva relativamente à estrutura da propriedade", despovoando-se gradualmente[14]. Aliás, mesmo o campo "Outros" que, pela natureza deste trabalho, achamos não ser pertinente especificar, engloba na sua quase totalidade concelhos do Norte de Portugal.

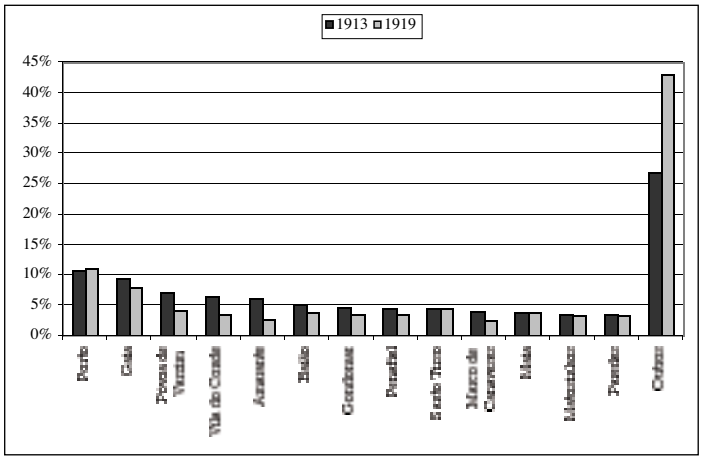
De destacar que em 1919 há uma distribuição e dispersão geográfica mais acentuadas, com mais concelhos representados, facto explicável por uma maior mobilidade da população e por um acréscimo de indivíduos que, embora naturais de outros concelhos, passaram a residir no Porto e arredores, pelo que, compreensivelmente, apresentavam o seu pedido de emissão de passaporte ao Governo Civil do Porto.

Quadro n.º 9 – Distribuição dos titulares de passaportes por naturalidade

Concelho	1913	1919	Variação
Porto	10,7%	11,0%	+0,3%
Gaia	9,5%	7,9%	-1,6%
Póvoa de Varzim	7,1%	4,1%	-3,0%
Vila do Conde	6,3%	3,5%	-2,8%
Amarante	6,1%	2,7%	-3,4%
Baião	5,0%	3,7%	-1,3%
Gondomar	4,7%	3,6%	-1,1%
Penafiel	4,5%	3,6%	-0,9%
Santo Tirso	4,5%	4,4%	-0,1%
Marco de Canaveses	3,9%	2,4%	-1,5%
Maia	3,7%	3,7%	=0,0%
Matosinhos	3,6%	3,3%	-0,3%
Paredes	3,6%	3,4%	-0,2%
Outros	26,8%	43,0%	+16,2%

[14] GUINOTE, 1990: 182.

Gráfico n.º 9 – Distribuição dos titulares de passaportes por naturalidade



3.6. Distribuição dos titulares de passaportes por profissão

Passemos agora à análise da distribuição dos titulares de passaportes por profissão. A partir dos dados apresentados, verifica-se, como seria de esperar, face à diversidade de profissões e denominações profissionais existente, que a classe "Outros" tem a percentagem mais elevada em ambos os períodos analisados.

Independentemente disso, verificamos que as classes mais representativas, quer em 1913, quer em 1919, provêm do sector primário, nomeadamente a dos "Trabalhadores", referência genérica composta essencialmente por indiferenciados e trabalhadores rurais, facto que traduz a realidade socioeconómica do Portugal de então e que se explica pelas más condições de vida no campo, que motivavam aquelas populações a procurar outros destinos.

Os nossos números vão de encontro às palavras de Oliveira Marques, quando este afirma que "de Portugal, como dos outros países, saíam massas humanas subalternas, de condição agrícola ou, às vezes, do pequeno comércio da província, de empregados na construção civil, de ocupados em profissões domésticas. Era gente desprovida de capacidade técnica para a direcção e orientação das grandes tarefas do comércio e da indústria. Saíam desesperadas pelo fraco rendimento das suas propriedades miniparceladas, pelo escasso grau de desenvolvimento comercial e industrial do país que lhes tolhia o acesso a outras profissões dentro dele, pelo aumento sem parar do saldo fisiológico, pela indiferença do Estado e das classes possidentes em as ajudar"[15].

É curioso, no entanto, verificar que em 1919 há um aumento das profissões ligadas ao sector terciário, especialmente ao comércio e aos negócios, sendo

15 MARQUES, 1979: 34-35.

este, muitas vezes, um factor de medição do sucesso do imigrante, uma vez que, como refere Boris Fausto, a ascensão social media-se então pelo "abandono da vida agrária, para se estabelecerem em cidades participando das actividades comerciais ou industriais"[16], como donos dos seus próprios negócios ou como operários. Todavia, importa referir, nas cidades "nem todos terão oportunidades para participar realmente num processo de ascensão social"[17].

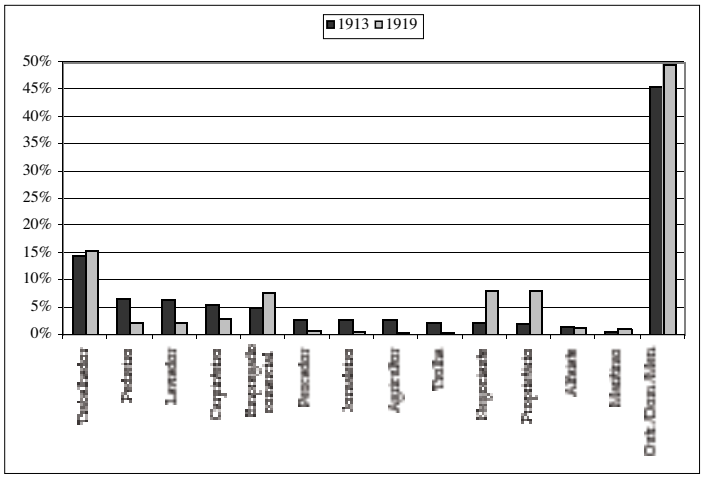
Esta evolução, embora seja ainda necessária mais alguma reflexão e estudo para a sua cabal explicação, parece ficar a dever-se ao facto de cada vez mais jovens se dirigirem para o Brasil em busca de um emprego nos estabelecimentos já abertos por familiares ou conterrâneos, e também pelo aumento do número de estabelecimentos comerciais ocorrido no Brasil durante e após a Primeira Guerra Mundial, que trouxe consigo um incremento nas oportunidades de trabalho no sector terciário. Finalmente, não nos podemos esquecer da mudança de paradigma no sector laboral em Portugal, pois, ainda que de forma lenta, com a passagem dos anos, verifica-se uma tendência para um progressivo abandono do sector primário em favor do sector secundário, e deste em favor do terciário.

Quadro n.º 10 – Distribuição dos titulares de passaportes por profissão

Profissão	1913	1919	Variação
Trabalhador	14,5%	15,4%	+0,9%
Pedreiro	6,5%	2,3%	-4,2%
Lavrador	6,4%	2,1%	-4,3%
Carpinteiro	5,4%	3,0%	-2,4%
Empregado comercial	4,9%	7,5%	+2,6%
Pescador	2,8%	0,8%	-2,0%
Jornaleiro	2,8%	0,4%	-2,4%
Agricultor	2,7%	0,3%	-2,4%
Trolha	2,3%	0,3%	-2,0%
Negociante	2,1%	8,0%	+5,9%
Proprietário	1,9%	8,1%	+6,2%
Alfaiate	1,4%	1,2%	-0,2%
Marítimo	0,6%	1,0%	+0,4%
Outros/Domésticas/Menores	45,7%	49,6%	+3,9%

16 FAUSTO, 2006: 145.
17 FAUSTO, 2006: 145.

Gráfico n.º 10 – Distribuição dos titulares de passaportes por profissão



3.7. Distribuição do total de emigrantes por destino no Brasil

Vamos agora analisar o último dos quadros apresentados, que se reporta à distribuição do total de emigrantes por destino no Brasil. Da análise do quadro, verificamos que a menção genérica "Brasil" decresce em 1919, devido a um maior rigor do amanuense, em conjunto com uma maior exigência legislativa. Desta situação decorre também o aumento, em 1919, da percentagem relativa de emigrantes com destino ao Rio de Janeiro, cidade que acolheu o maior contingente de portugueses nos dois anos em análise, representando sempre mais de metade dos emigrantes lusos.

É certo que a maioria das cidades brasileiras estava a crescer, mas muito especialmente o Rio de Janeiro e São Paulo, que, pela sua dimensão, oportunidades de trabalho e salários mais altos, constituíam óbvios pólos de atracção. Estas cidades ofereciam um campo aberto ao artesanato, ao comércio de rua, às pequenas fábricas familiares, aos profissionais liberais e ao serviço doméstico.

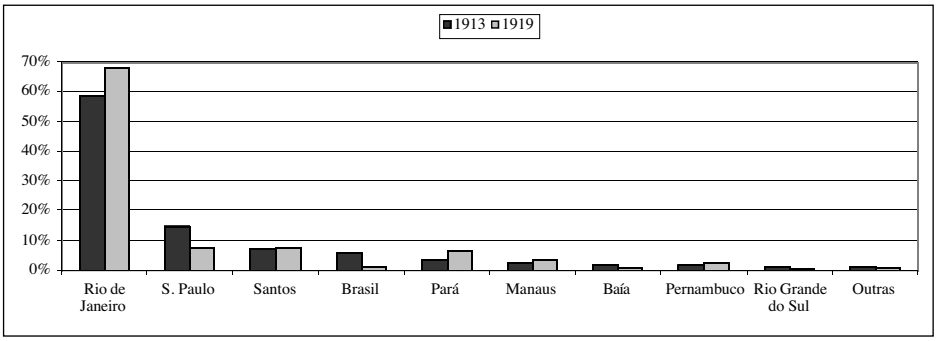
Todavia, no que se refere a São Paulo, este destino verifica, de 1913 para 1919, uma diminuição significativa nos fluxos migratórios, quer em termos relativos, quer em termos absolutos. Embora este dado exija ainda mais algum trabalho de investigação da nossa parte para ser compreendido na sua totalidade, tudo parece apontar para a adopção, pelas autoridades do Estado de São Paulo, de uma legislação mais restritiva face à imigração.

De ressalvar ainda a importância de Santos, por se tratar de uma cidade portuária, acolhendo assim, pelo menos numa fase inicial, um volume significativo de emigrantes portugueses.

Quadro n.º 11 – Distribuição dos titulares de passaportes por profissão

Profissão	1913	1919	Variação
Rio de Janeiro	59,0%	68,2%	+9,2%
S. Paulo	15,0%	7,8%	-7,2%
Santos	7,4%	7,6%	+0,2%
Brasil	5,8%	1,4%	-4,4%
Pará	3,6%	6,6%	+3,0%
Manaus	2,8%	3,4%	+0,6%
Baía	2,0%	1,1%	-0,9%
Pernambuco	1,9%	2,7%	+0,8%
Rio Grande do Sul	1,2%	0,3%	-0,9%
Outras	1,3%	0,9%	-0,4%

Gráfico n.º 11 – Distribuição do total de emigrantes por destino no Brasil



CONCLUSÃO

Podemos afirmar que 1913, como 1919, são anos em que se encontram os dois elementos fundamentais e sempre presentes nos casos de emigração maciça: fenómenos de repulsão no país de origem (Portugal) e fenómenos de atracção no país de acolhimento (Brasil), que se explicam nas posições oficiais ou oficiosas em ambos os Estados.

Se em Portugal, a emigração era importante para possibilitar um equilíbrio da balança de pagamentos, funcionando como "uma válvula de escape que atenuou as tensões sociais"[18], e evitando situações de descontentamento explosivas, no Brasil, o recurso à mão-de-obra portuguesa era tido como crucial para o país, tanto nas zonas rurais (substituição da mão-de-obra escrava nas grandes plantações agrícolas, povoação dessas mesmas zonas e construção da rede viária que ligasse os núcleos agrícolas) como nas zonas urbanas (mão-de-obra

18 PEREIRA, 1981: 52.

para o comércio, indústria e grandes obras públicas), sendo apreciada "pela sua qualidade e pela sua capacidade de se tornar num elemento integrador e fomentador da coesão nacional (…), ao invés de se tornar num factor de fragmentação social e económica, como acontecia face a comunidades imigrantes de outras proveniências europeias"[19].

Todavia, se os elementos de atracção e repulsa eram os mesmos em ambos os anos, a verdade é que, no que respeita à emigração de Portugal para o Brasil antes e após a Grande Guerra, nem tudo permaneceu igual. Tentaremos, em ocasião futura, aprofundar as explicações dadas nesta ocasião, sustentando-as com mais elementos e fontes adicionais, esperando, no entanto, ter de alguma forma prestado um contributo para a percepção e explicação da influência que a Primeira Guerra Mundial exerceu sobre o fluxo migratório de Portugal para o Brasil, nomeadamente, na alteração de algumas das suas características.

Mas podemos já adiantar que, como tivemos oportunidade de ver, muito embora este conflito não tenha alterado radicalmente os paradigmas deste fenómeno, que vinham já do século XIX, a verdade é que acabou por deixar alguns reflexos: menos gente a viajar, mas mais dispersa geograficamente; uma distribuição etária mais equitativa, traduzida no aumento sensível da idade média do emigrante; um peso crescente do sector terciário; e um aumento muito significativo da representatividade da mulher, entre outros. Ou seja, estamos diante de uma série de variações que, embora pequenas, são perfeitamente observáveis e todas elas, como tentámos explicar nas páginas anteriores, directamente influenciadas pelo maior conflito bélico que o mundo havia até então registado.

FONTES

Arquivo Distrital do Porto. 1913 e 1919. *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*. Livros 3406-3411 e 3420-3423, 10 volumes.

Arquivo Distrital do Porto. 1913 e 1919. *Maços com processos de passaportes*. Maços 1772--1794 e 1855-1876, 45 maços.

DIÁRIO do Governo, n.º 98 de 10 de Maio de 1919; n.º 117 de 19 de Junho de 1919.

A EMIGRAÇÃO para o Brazil. *Jornal de Notícias*, 4 de Setembro de 1919, 32.º ano, n.º 207.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Rosana, 1997 – "Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil". *Arquipélago*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2.ª série, vol. VII.

FAUSTO, Boris, 2004 – *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FAUSTO, Boris, 2006 (dir.) – "O Brasil republicano: Sociedade e instituições (1889-1930)", in *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. vol. IX, tomo III.

19 SANTOS, 2006: 241.

GUINOTE, Paulo, 1990 – "A sociedade: da agitação ao desencanto", *in* António Reis (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa. vol. III.

LIMA, Adolfo, 1929 – *Emigração. Seu regímen e passaportes*. Famalicão: Tipografia Minerva.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. S. Paulo: HUCITEC.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 2006 – *Breve História de Portugal*, 6.ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1991 (coord.) – "Portugal – Da monarquia para a República", in SERRÃO, Joel; MARQUES, António H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. XI.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1979 (dir.) – *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

MATTOSO, José (org.), 1994 – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VI.

MEDINA, João, 2000 – "A democracia frágil: a primeira República Portuguesa (1910-1926)", in TENGARRINHA, José (org.) – *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Lisboa: Instituto Camões.

PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A Política Portuguesa de Emigração: 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.

REIS, António, 1990 (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. III.

SAMARA, Alice, 1998 – "O impacte económico e social da Primeira Guerra em Portugal", in TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.) – *Portugal e a Guerra – História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais do século XX*. Lisboa: Edições Colibri.

SANTOS, Paula, 2006 – "A emigração do distrito de Viseu para o Brasil. As principais fontes documentais", in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia Lima (orgs.) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima, 2006 (orgs.) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.

TELO, António José, 1990 – "A busca frustrada do desenvolvimento", in REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. III.